



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ: 06.137.293/0001-30

## JUSTIFICATIVA PARA PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

**Processo Administrativo nº.** 2021.0407.004/2021

**Objeto:** Prestação de serviços mecânico e elétrico com fornecimento de mão de obra especializada para manutenção preventiva e corretiva em veículos leves e pesados pertencentes à frota própria das diversas Secretarias pertencentes à Administração Municipal de Dom Pedro/MA.

O Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, porém, a norma admite a adoção do pregão na forma presencial em hipótese de comprovada inviabilidade da sua realização no modo eletrônico, senão vejamos:

*Art. 10 Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão na forma eletrônica para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.*

*§4º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata, o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica. (grifo nosso).*

Por conseguinte, conforme orientação da legislação pertinente, apresenta-se justificativa para a não utilização do pregão, na sua forma eletrônica, optando-se pela modalidade de pregão presencial, para **Prestação de serviços mecânico e elétrico com fornecimento de mão de obra especializada para manutenção preventiva e corretiva em veículos leves e pesados pertencentes à frota própria das diversas Secretarias pertencentes à Administração Municipal de Dom Pedro/MA**, por diversas razões, quais sejam:

Considerando tratar-se de licitação exclusiva à participação de ME/EPP ou equivalentes, em atendimento ao disposto no Art. 47, da Lei Complementar nº 147/2014, que versa sobre o tratamento diferenciado que deve ser dado às ME/EPP ou equivalentes, ressalta-se que não haverá **desenvolvimento econômico local ou regional** se adotado para estas pequenas contratações o sistema de pregão eletrônico, sendo que grande parte destas empresas ainda não possuem capacidade técnica operacional instalada para participarem desta modalidade, que com certeza muito mais competitiva, porém restritiva em relação à valorização e desenvolvimento das ME/EPP instaladas na maioria dos pequenos municípios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ: 06.137.293/0001-30

*"Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica".*

Considerando que a opção pela modalidade presencial do pregão, não produz alterações no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução dos preçostendo em vista a interação do pregoeiro com os licitantes, sendo a empresa vencedoralocalizada no próprio município ou nas proximidades, diminuindo assim os custos.Reforçando que, o mercado local não possui recursos virtuais, ou, os que possuem não osempregam, igualmente restará prejudicada a competitividade em torno do certame.

Considerando que o pregão presencial permite inibir a apresentação de propostasinsustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariamseus custos, assim como a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregãopresencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação eexecução da proposta.

Considerando que o Decreto nº. 10.024, de. 20 de setembro de 2019 estabelece aobrigatoriedade da utilização da modalidade de licitação presencial para recursos parcial outotal oriundos de repasses federais, esclarece-se que os recursos necessários para cobrir asdespesas deste objeto são oriundos do tesouro municipal, não estando as despesas vinculadaao Decreto Federal nº. 10.024/2019, senão vejamos:

*§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelo. entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrente de transferências voluntárias, tais como convênios econtratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse. (grifo nosso).*

Salienta-se que a modalidade pregão na forma presencial **não foi extinta e nem revogada**, podendo ser utilizada de forma justificada, conforme Acórdão nº 260512018 do Tribunal Pleno, senão vejamos:

*OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DECONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por*



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO  
GABINETE DO PREFEITO  
CNPJ: 06.137.293/0001-30

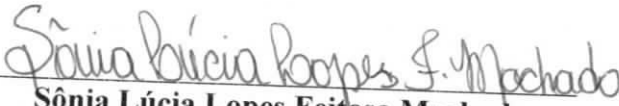
*unanimidade, em: CONHECER da presente Consulta para, no mérito, RESPONDER os questionamentos, no sentido de que: Observada a legislação municipal, que deve previamente regulamentar a matéria, deve o gestor observar que, por regra, o pregão, na sua forma eletrônica, consiste na modalidade que se mostra mais adequada para a aquisição de bens e serviços comuns, podendo, contudo, conforme o caso em concreto, ser preterido a forma presencial, desde que devidamente justificado, a amparar a maior vantagem à Administração e observância aos demais princípios inerentes às licitações, nos exatos termos dos arts. 3º, 1, da Lei nº. 10.520/2002 e 50 da Lei nº. 9.784/99;*

*A opção pelo pregão presencial em detrimento do eletrônico sempre deverá ser amparada por justificativa, nos termos dos arts. 3º, 1, da Lei nº. 10.520/2002 e 50 da Lei nº. 9.784/99. (grifo nosso).*

Considerando ainda que a nossa internet que está muito vulnerável, haja vista as constantes faltas de energia elétrica local, onde há uma vulnerabilidade muito grande na rede de distribuição que atende o nosso município.

Finaliza-se destacando que, o pregão na forma presencial, além de mais prático, fácil, simples, direto e acessível, atinge o seu fim, e fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do princípio constitucional da isonomia permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mediante sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, além de ser eminentemente público e aberto, não resultando desta forma qualquer prejuízo para a Administração, eis porque se justifica a inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica, optando-se, como aqui se faz pela utilização do Pregão Presencial.

Dom Pedro/MA, 13 de abril de 2021.

  
**Sônia Lúcia Lopes Feitosa Machado**  
Secretária Municipal Administração e Finanças